



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE.
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MAKSUELE MONTE DE SOUZA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:

Programa Bolsa Família: um estudo de caso sobre a sua efetividade no desempenho escolar da escola municipal Josefa da Silva Costa em Satuba-Al

Maceió - AL

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:

Programa Bolsa Família: um estudo de caso sobre a sua efetividade no desempenho escolar da escola municipal Josefa da Silva Costa em Satuba-Al

MAKSUELE MONTE DE SOUZA

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Rosiane Chagas.

Maceió - AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S729p

Souza, Maksuele Monte de.

Programa Bolsa Família : um estudo de caso sobre a sua efetividade no desempenho escolar da escola municipal Josefa da Silva Costa em Satuba-Al / Maksuele Monte de Souza. – 2021.

36 f.

Orientadora: Rosiane Chagas.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Administração) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 31-34.

Apêndice: f. 35-36.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Política pública. 3. Política social. 4. Desempenho escolar. 5. Gestão administrativa da escola. I. Título.

CDU: 371.11:371.26(813.5)



ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Declaramos que, MAKSUELE MONTE DE SOUZA, Matrícula nº 2007G6375, aluna do Curso de Administração, concluiu e apresentou o TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, com carga horária de 80 horas, sob o título de: "PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SUA EFETIVIDADE NO DESEMPENHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL JOSEFA DA SILVA COSTA EM SATUBA-AL", sob a orientação da Profa. Dra. Rosiane Chagas, obtendo a nota final 9,5 (Nove e meio), conforme avaliação da Banca Examinadora abaixo:

BANCA EXAMINADORA	NOTA
1. Profa. Dra. Rosiane Chagas (orientadora)	9,5
2. Profa. Dra. Ana Paula Lima Marques Fernandes	9,5
3. Prof. Dr. Edilson dos Santos Silva	9,5
NOTA FINAL	9,5

BANCA EXAMINADORA – ASSINATURAS

1. Rosiane Chagas Presidente/Orientador.
2. Ana Paula Lima Marques Fernandes Membro.
3. Edilson dos Santos Silva Membro.

Maceió 14 de janeiro de 2021.

Prof. Dr. Madson Bruno da Silva Monte
Coordenador *pro tempore* do Curso de Administração

RESERVADO A COORDENAÇÃO	
NO SISTEMA EM	ASSINATURA
___/___/___	

RESUMO

O número de brasileiros que vivem em situação de pobreza extrema trouxe como política pública o Programa Bolsa Família, concebido a partir da reunião de políticas que se articulam com o fito de combater a fome. O programa sugere um viés demasiadamente assistencialista, seus resultados já mostram o impacto que políticas públicas de distribuição de renda podem ter na vida diária da população mais pobre. O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a efetividade que o programa bolsa família exerce no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba. E como objetivos específicos, analisar a importância do programa bolsa família no desempenho escolar dos alunos de ensino no município de Satuba; verificar o perfil dos jovens e família beneficiadas pelo programa; analisar o impacto da execução de uma política pública sobre o problema sócio educacional presentes na escola e propor sugestões aos gestores escolares. Como metodologia aplicada à pesquisa de natureza qualitativa, teve como base de elaboração, aplicação de questionários com os alunos e pais da escola em questão. Sendo assim, o trabalho justificou-se pela necessidade de analisar os impactos de uma política pública, o programa bolsa família, suas condicionalidades e sua importância no que diz respeito ao desempenho escolar de alunos da rede pública e básica de ensino. Buscou conhecer/entender a percepção dos professores e pais sobre o programa bolsa família, buscando uma reflexão sobre a importância deste, no que diz respeito ao processo educacional dos alunos. Por fim, os resultados obtidos apontam que a grande maioria dos envolvidos são desempregados e os gestores devem acompanhar tanto os alunos, quanto os pais nesse processo de receber o auxílio, propor ações educacionais.

Palavras-Chaves: Bolsa Família. Políticas Públicas e Sociais. Desempenho Escolar.

ABSTRACT

The number of Brazilians living in poverty that generates the implementation of public policies or the Bolsa Família Program, or what is the set of policies that articulate with it has one or more assistance resources, its results already shown or impact policies income distribution can have in the daily life of the poorest population. Thus, the present work has as a general objective to evaluate the effectiveness that the family scholarship program has on the educational performance of the municipal school Josefa da Silva Costa in the municipality of Satuba. And as specific objectives, to analyze the importance of the family scholarship program in the school performance of students of education in the school; check the profile of young people and families benefited by the program; to analyze the impact of the implementation of a public policy on the educational educational problem for the municipality of Satuba and to propose suggestions for school administrators. As a methodology applied to qualitative research, it was based on the elaboration of questionnaires with students and parents of the school in question. Thus, the work was justified by the need to analyze the impacts of a public policy, the Bolsa Família program, its conditions and its importance with regard to the school performance of students from public and basic education. Finally, the results obtained indicate that the vast majority of those involved are unemployed and managers must accompany both students and parents in this process of receiving assistance, educational proportions.

Key-Words: Bolsa Família. Public and Social Policies. School performance. Satuba.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perguntas do Questionário.....	23
Quadro 2- Resumo da metodologia.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cruzamento entre gênero dos professores x pais dos alunos.....	24
Tabela 2 – Cruzamento dos pais entre escolaridade x cor x quantidade de filhos x estado civil x profissão x idade.....	25
Tabela 3 – Cruzamento dos dados dos alunos entre escolaridade x cor x idade.....	26
Tabela 4 – Cruzamento entre o Programa Bolsa Família trouxe algum benefício/melhoria às famílias beneficentes.....	27
Tabela 5- Cruzamento cite se houve alguma alteração no desempenho escolar após o recebimento do benefício.....	28
Tabela 6 – Cruzamento entre alteração na frequência escolar.....	29
Tabela 7- Cruzamento o PBF contribui para a Educação de jovens e crianças em vulnerabilidade social.....	30
Tabela 8– Cruzamento o que esperam do futuro educacional dos jovens beneficiados.....	30

LISTA DE REDUÇÕES

Siglas:

CF- Constituição Federal

EJA- Educação de Jovens e Adultos

Inep- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de desenvolvimento da educação básica

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MEC- Ministério da educação

MS- Ministério da saúde

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PBF- Programa Bolsa Família

PNE - Plano Nacional de Educação

PRM- Programa de renda mínima

SAEB- Sistema de avaliação da educação básica

SEDES- Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Seduc- Secretaria de Educação de Alagoas

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Contextualização.....	9
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 justificativa.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Políticas sociais.....	13
2.2 Políticas Públicas.....	15
2.2.1 Legislação.....	18
2.2.2 Círculo das políticas públicas.....	18
2.3 Programa Bolsa Família.....	19
2.4 Programa de Renda Mínima (PMR).....	20
3. METODOLOGIA.....	21
3.1 Área de Estudo.....	22
3.2 População.....	22
3.3 Processo de levantamento dos dados.....	22
3.4 Processo de tratamento dos dados.....	23
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	24
4.1. Análise quanto ao perfil dos envolvidos.....	24
4.2 Análise quanto as questões específicas	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES.....	38

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma população de 210.147.125 milhões de habitantes é o que informa os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019. Com esse número de habitantes o País consegue atualizar a taxa de alfabetização onde a mais atual foi divulgada pelo IBGE em junho de 2019 na última Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua. Onde tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 (quinze) anos analfabetas (6,8% de analfabetismo).

É por meio a tendência histórica de concentração de renda e de propriedade no Brasil é um dos principais obstáculos a serem enfrentados. “Países com renda *per capita* similar à brasileira têm 10% de pobres em sua população, enquanto nós estamos na casa dos 30%. Segundo dados oficiais, cerca de 55 (cinquenta e cinco) milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza”. Destes, cerca de 22 (vinte e dois) milhões em indigência. No debate sobre os desafios para ocupa um lugar central (WEISHEIMER, 2006, p.10).

Esse número de brasileiros que vivem em situação de pobreza que trouxe como implementação de políticas públicas o “Programa Bolsa Família - PBF, o qual é o conjunto de políticas que se articulam com ele têm um viés demasiadamente assistencialista, seus resultados já mostram o impacto que políticas públicas de distribuição de renda podem ter na vida diária da população mais pobre” (WEISHEIMER, 2006, p.11).

Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS) em 2019 mais de 13,8 milhões de famílias começam a receber o benefício Bolsa Família. No total, mais de R\$ 2,6 bilhões estão sendo transferidos para famílias pobres e extremamente pobres em todo o país. Dados como esses refletem sobre o conhecimento sobre os problemas da educação não é novo e nos últimos anos tem vindo à tona com mais frequência a cada vez que os resultados das avaliações são divulgados.

Weisheimer (2006) destaca que uma das características centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres.

Nesse contexto, Murici e Chaves (2017) informam que os resultados do Ministério da Educação (MEC) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2011, em uma escala de 0 a 10, quase a metade das escolas do Brasil não passa da nota 4 (quatro) e apenas 3% no 2º ciclo do ensino fundamental têm padrão da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 6 (seis) pontos.

Ainda segundo Murici e Chaves (2017) o problema crônico do baixo desempenho não se resolve com boa vontade, discursos indignados e ações isoladas. Mesmo que essas ações ocorram em múltiplos pontos do País, o problema é sistêmico e não pode ser tratado de forma pontual. Tal problema poderia ser revertido por meio de uma política nacional abrangente e com uma gestão sistematizada.

Mediante o exposto, a questão problema que a pesquisa se propõe analisar é: Qual é a efetividade que o programa bolsa família exerce no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba?

1.1 Contextualização

Consoante Murici e Chaves (2017, p.14) “a educação é um patrimônio de riqueza incalculável, que impacta gerações e repercute por décadas na saúde, na política, na segurança, na economia e na qualidade de vida de um povo”. Para entender a educação no País é preciso saber mencionar o que o portal iG abordou recentemente em 2019, o qual informa que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) através do censo escolar, informa que o Brasil viu o total de alunos matriculados baixar 1,3 milhão no ano passado, ou seja, o número de estudantes matriculados no ensino médio caiu 7,1%, enquanto total de alunos no ensino integral subiu abaixo da meta; Inep atribui carteiras vazias à migração de alunos para o Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao aumento na taxa de aprovação.

Entretanto de acordo com a Secretaria de Educação de Alagoas (SEDUC) os índices educacionais no estado de Alagoas sinalizam um crescimento nas taxas de aprendizagem, bem como o aumento na quantidade de jovens matriculados nos ensinos fundamental e médio – o estado passou de 96% de alunos matriculados no fundamental em 2012 para 97,6% no ano passado; no ensino médio, subiu de 43% em 2012 para 57,3% em 2018. As informações foram divulgadas no Anuário Brasileiro da Educação Básica, do Movimento Todos pela Educação, publicado no último dia 25, com base nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Para o site Gazeta do Povo, a taxa de analfabetismo em 2018, referente à População de 15 (quinze) anos ou mais teve apenas 13 (treze) estados pelo qual atingiram a meta de redução do analfabetismo estipulada para o ano de 2015. O número baixo contribui para que o Brasil ainda não tenha atingido a meta parcial de reduzir para 6,5% a taxa de alfabetização. A meta final do PNE é erradicar o analfabetismo até 2024.

É por meio dessa taxa de alfabetização separada por estado que destaca que o estado de Alagoas não atingiu a meta estimada, tendo 17,2% para ser atingido ficando entre os estados que menos cumpriu a meta. Alagoas está situado na Região Nordeste do Brasil, tinha uma população em 2016 de 3.358.963 habitantes, em 2019 a estimativa é de 3.322.820, uma redução de 36.143 habitantes.

Com esse quantitativo os estudos realizados entre 2011/2015 e divulgados em 2017, revelam os indicadores básicos da educação em alagoas, oferecendo desta forma a sociedade, o mais atual retrato do estado e contribuindo na construção de políticas públicas efetivas capazes de promover o bem-estar e uma melhor qualidade de vida para o cidadão alagoano.

Sobre o Analfabetismo em Alagoas, vale lembrar que na constituição Federal de 1988 (artigo 60 e seu parágrafo 6º) consta a necessidade de erradicar o analfabetismo. Considera-se analfabeto aquele indivíduo que é incapaz de ler e escrever ao menos um bilhete simples na sua linguagem de origem. De acordo com os resultados divulgados sobre o índice de analfabetismo, Alagoas ainda lidera acima das medias nacional e regional.

Cabe ao estado garantir a universalização do acesso a educação de qualidade, a permanência do aluno na escola e o fortalecimento do sistema estadual de educação, de acordo com as políticas nacionais e estaduais. A Secretaria busca em longo prazo “ser reconhecida como a instituição condutora de transformação da educação de alagoas” e se identifica com os seguintes valores: respeito aos direitos dos alunos, valorização das escolas, compromisso com a educação de qualidade, valorização dos servidores e o mérito, compartilhamento de responsabilidades, gestão democrática e descentralizada.

O Censo Escolar é um levantamento nacional de dados estatísticos educacionais a partir de dados fornecidos pelas próprias escolas. Entre as informações disponibilizadas através do Censo estão às somas dos alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de cada ano letivo. A taxa de abandono em Alagoas é bastante superior à taxa média do país. Os motivos são variados: condições socioeconômicas, baixa qualidade de ensino, escola distante de casa, falta de transporte, falta de interesse, doenças/dificuldades dos alunos, ajudar os pais em casa ou no trabalho e proibição dos pais de ir à escola.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a efetividade do programa bolsa família no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a importância do programa bolsa família no desempenho escolar dos alunos;
- b) Identificar o perfil dos jovens e família beneficiadas pelo programa;
- c) Analisar o impacto da execução de uma política pública sobre os problemas sócio educacionais presentes na escola;
- d) Propor sugestões aos gestores escolares.

1.3 Justificativa

A referida pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar os impactos de uma política pública, o programa bolsa família, suas condicionalidades e sua importância no que diz respeito ao desempenho escolar de alunos da rede pública e básica de ensino. Tomou-se como delimitação de análise a Escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba.

Nessa direção, busca-se conhecer/entender a percepção dos professores e pais sobre o programa bolsa família, buscando uma reflexão sobre a importância deste, no que diz respeito ao processo educacional dos alunos.

Visto que a Constituição Federal Do Brasil (CF/88) se caracteriza por conter normas definidoras de tarefas e programas de ação a serem concretizados pelos poderes públicos, traz em seu artigo 6º a seguinte redação: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Nas condicionalidades propostas pelo PBF, mostra-se evidente a participação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Do Ministério da Saúde (MS) e do MEC, que são corresponsáveis pelo programa e precisam sensibilizar pactuar e mobilizar seus sistemas

de políticas públicas, a fim de reforçar o seu vínculo entre as políticas setoriais e o público mais pobre, alvo de possíveis dificuldades para acesso a tais serviços, valorizando então o princípio da Equidade em políticas públicas de caráter Universal (LICIO; MESQUITA; CURRALERO, 2011).

2. REVISÃO DE LITERATURA

Com a finalidade de fundamentar o presente trabalho, procurou-se a partir da leitura de artigos e textos, discutir os seguintes tópicos: Políticas Sociais, Políticas Públicas em seguida, Legislação, Ciclo das Políticas Públicas finalizando com Programa Bolsa família e Programa de Renda Mínima.

2.1 Políticas sociais

A análise do período das políticas sociais no Brasil permitiu identificar a existência de ações institucionais que permitem a redução da pobreza e das desigualdades, mas não garantem a necessária expansão da cidadania social. Segundo Aguiar e Cunha (2017) com a CF/88 foi que representou uma resposta às demandas sociais que clamavam por uma voz ativa na gestão pública, tendo decorrido 21 (vinte e um) anos de ditadura militar, vividos no período de 1964 a 1985. Tal constituição conhecida como “Constituição Cidadã”, instaurou fatores democráticos na gestão das políticas públicas e propôs um novo desenho, fundamentado nos princípios da descentralização, municipalização e participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas.

Lobato (2009) aborda que essa participação traz uma noção que diz respeito às ideias, valores e normas que pautam a vida social. O Estado tem posição privilegiada, embora não exclusiva, na mudança ou reprodução dessas instituições. São as políticas públicas, que definem orientações do governo as quais se sedimentem ou alteram em relação aos problemas da coletividade, contribuem para esse processo. Políticas públicas é parte importante da institucionalização de valores e regras da vida coletiva. Pois trazem concepções, estratégias, alocam recursos e distribuem valores para a sociedade que podem contribuir para consolidar uma nova institucionalidade em relação a temas distintos.

Ao abordar políticas sociais, destaca-se aqui a gestão de serviços sociais a qual faz parte de uma área mais abrangente a gestão Social. Esta, por sua vez, “é responsável por gerir ações sociais públicas para o atendimento de necessidades e demandas dos cidadãos, no

sentido de garantir seus direitos por meio de políticas, programas projetos e serviços sociais” (KAUCHAKJE, 2013, p.21).

Nesse contexto a gestão social trata da gestão de ações sociais públicas, que podem ser realizadas tanto por órgão do governo dos Municípios, Estados ou da União quanto por organizações da sociedade civil (FERNANDES, 1994). Portanto a Execução dessas ações, não é exclusividade do Estado. Raichelis e Rico (1999) afirmam que:

Embora heterogênea a sociedade civil é protagonista central do desenho do futuro que se pretende alcançar na gestão da coisa pública, sendo importante a diferenciação a ser feita entre o público e o estatal, para incorporar um conjunto cada vez mais amplo de organizações privadas que atuam no âmbito do interesse público (RAICHELIS; RICO, 1999, p.15).

Assim, tudo que é estatal é público, mas nem tudo que é de interesse público está circunscrito ao estado. Além disso, implica a ampla participação das classes e dos grupos sociais, socialmente organizados nas decisões políticas. O estado assume inúmeras atividades, considera de interesse social, e, por outro lado, a sociedade civil participa ativamente das atividades Estatais, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

A gestão social visa atender as necessidades e demandas sociais. A gestão de ações sociais públicas tem o sentido de contribuir para consolidar direitos. As dimensões do Direito são: civis, políticas, sociais e contemporâneas.

Por sua vez a vigente CF/88 por se tratar de uma Constituição programática, ou seja, se caracteriza por conter normas definidoras de tarefas e programas de ação a serem concretizados pelos poderes públicos, traz o artigo 6º com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

É o que também afirma Lobato (2009) que a partir da C/88, foram reconhecidos como direitos sociais o acesso à saúde, previdência, assistência, educação e moradia, além de segurança, lazer, trabalho. Foi a seguridade social que incluiu as áreas de saúde, previdência e assistência social. Para o autor a noção de seguridade representou avanço na proteção social, que previa a universalização do acesso, a responsabilidade estatal, a integração entre as três áreas e a criação de um orçamento próprio, exclusivo e com novas fontes de financiamento.

Mattos e Vieira (2017) ressaltam que no Brasil pós-CF/88, com o fortalecimento do constitucionalismo social brasileiro, a articulação entre direito e realidade social, cultural e política seguiu cada vez mais necessária. Para os autores ainda que a década de 30 seja

considerada o marco histórico formador de um movimento de Estado Social brasileiro, com importantes delimitações dessa ordem na CF/34, a CF/88 aperfeiçoa as principais diretrizes relacionadas à prestação de direitos de ordem social pelo Estado e avança na garantia e consolidação destes dispositivos.

Ainda segundo Mattos e Vieira (2017) essas novas demandas despertadas por um novo tratamento do direito, não apenas voltado à lógica individual, mas pela lógica da satisfação coletiva, essa percepção de satisfação dos direitos, muito voltada à realidade e ao contexto político, econômico, social e cultural nacionais, às possibilidades estruturais e orçamentárias de satisfação destes direitos e à ponderação entre possibilidades satisfativas colocou o constitucionalismo em um novo patamar.

Entretanto, de acordo com Lobato (2009) apesar do princípio orientador da universalização, as políticas de seguridade mantiveram critérios de acesso para a previdência social e a assistência social. O acesso à previdência manteve-se dependente da contribuição e à assistência social, dependente da necessidade. A exceção foi à saúde, na qual a universalização se deu de forma integral, sem qualquer critério de acesso.

2.2 Políticas Públicas

São instrumentos de ação de governo a serem desenvolvidos em programas, projetos e serviços nas áreas social, econômica, tecnológica, ambiental, entre outras de interesse social ou público, ou seja, qualificados pela supremacia o interesse público sobre o particular. No entanto, é preciso reconhecer que as políticas públicas em sociedades desiguais expressam a denominada clivagem de classe, isto é, ainda que afetem toda a sociedade, tendem a beneficiar prioritariamente parte dela (LOJKINE, 1997).

De toda forma, na área social, “as políticas públicas são um desenho, uma planificação de decisões que dizem respeito aos direitos garantidos em lei” (KAUCHAKJE, 2013, p.26). Programa e projetos são planos constituídos por um conjunto de projetos e iniciativas que se articulam e se complementam com vistas à obtenção de resultados num tempo definido (BAPTISTA 2003).

Nessa linha de pensamento Licio, Mesquita e Currelero (2011) destacam que a coordenação de Políticas Públicas em sistemas federativos implica especificar arranjo institucional no qual essa se insere, de modo a compreender a dinâmica das relações entre os atores responsáveis pela sua implementação.

Sendo assim, ao abordar sobre políticas públicas é preciso compreender de onde

surgiu, consoante a percepção de Brasil e Capella (2016) os estudos sobre políticas públicas no Brasil têm chamado a atenção nos últimos anos quer pelo aumento do número de publicações relacionadas ao tema, pela grande procura direcionada aos grupos de trabalho em eventos consolidados nas áreas da Ciência Política ou ainda eventos ligados às áreas setoriais, como saúde, educação, quer pela própria expansão do campo materializada na criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos em políticas públicas, gestão de políticas públicas, entre outros.

Um dos grandes temas sociais, como a pobreza, demanda respostas em níveis intra e intergovernamental, sendo que no nível intragovernamental concretiza-se por meio de políticas baseadas em conhecimentos e recursos de diversos órgãos de um mesmo nível de governo e na conjunção de esforços. Já o nível intergovernamental implica na coordenação entre instituições de governos distintos, de igual ou diferente nível (MORENO, 2007).

Nesse contexto, Brasil e Capella (2016) mencionam que além de ser importante para o estudo das ações governamentais, também significa dizer que as políticas públicas consistem em um processo que pode incorrer em erros, perspectiva distante da visão sistêmica na qual se entende que intenções são capazes de gerar inputs e que esses, processados pela máquina pública, geram outputs previamente planejados. Além disso, o Estado assumiria, assim, características elitistas e um baixo *accountability*, isolando a sociedade do processo decisório.

Ainda segundo Brasil e Capella (2016) é importante destacar que organizações não governamentais (a iniciativa privada ou quaisquer agentes não governamentais) não produzem políticas públicas. No entanto, essas organizações possuem poder de influenciar, direcionar, regular, controlar ou mesmo ajudar a formular políticas públicas. Vale destaque que as políticas públicas podem envolver todos os níveis de governo e suas fases não estão totalmente restritas aos atores formais.

Esse fator de fomentar políticas públicas parte da ideia segundo uma abordagem cronológica, ou seja, entende-se que foi no final dos anos 1970, o “período clássico” dos estudos sobre políticas públicas que Jhon (2013) trouxe a ideia de etapas ou ciclos, concentrando as análises na dinâmica do processo decisório. Para Sabatier (1999) foi a partir de meados de 1980, no entanto, a busca por melhores teorias contribuiu para o desenvolvimento de outras perspectivas.

No que diz respeito ao contexto histórico no Brasil segundo Melo (1999, p. 556) “a história do campo de políticas públicas é mais a história de um discurso do que de uma disciplina convencional composta de ideias mais instituições, revistas, e controle de recursos

essenciais”, ou seja, a ausência dessa área de um aparato material característico de um campo intelectual é um achado notável de pesquisa.

Ainda de acordo com Melo (1999) o resgate histórico do campo de políticas públicas no Brasil foi baseado em estudos da literatura internacional, apontam para o surgimento do campo de políticas públicas como uma subárea da ciência política nos Estados Unidos, e avançam no sentido de identificar suas semelhanças e diferenças em relação ao caso brasileiro. Relembrando o que foi discutido anteriormente, quanto à predominância do Estado como ator fundamental na produção de políticas públicas.

Assim, falar do papel do Estado, das suas formas de relação com a sociedade, no caso brasileiro, não se resume apenas a falar das mudanças de Regime político do final dos anos 1980. Surge com o fim da ditadura militar e os processos de redemocratização são de extrema importância para a compreensão das formas de participação popular e sua institucionalização. Os princípios da Reforma do Estado de 1995 são essenciais para que se compreenda uma nova estrutura de Estado que se instaurou no país. Essa ação teve por objetivo explicar de que forma a Reforma administrativa ocorrida em meados dos anos 1990 corroborou para a formação do campo de políticas públicas (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Brasil e Capella (2016) informam que tais preceitos fundamentais da Reforma, parte da redefinição do papel e das funções do Estado. Diferente do centralizador Estado desenvolvimentista, fortemente questionado entre as décadas de 1970 e 1980, a Reforma proposta em meados dos anos de 1990, parte da percepção de que o Estado, entendido aqui como o Executivo federal, não seria capaz de dominar os conflitos sociais de uns país com dimensões continentais e com desigualdades sociais e econômicas importantes.

Nessa mesma abordagem Costa (2009, p.5) menciona que “a Reforma do Estado contempla transformações que se dão nas suas relações com a sociedade, na configuração de seu aparelho e das suas práticas de gestão. Ela tem, assim, pelo menos quatro dimensões importantes: a cidadania, a democracia, a governabilidade e a governança”. Ou seja, a Reforma do Estado colaborou para a construção e formação do campo de políticas públicas. A governabilidade e a governança estão diretamente ligadas ao “Estado em ação”, onde o modo como o Estado se posiciona e produz políticas públicas.

No entanto, Melo (1999) argumenta que os estudos das políticas públicas estão divididos em duas fases: uma baseada nas transformações das políticas sociais e a crítica ao regime autoritário sobre a política social, e a segunda fase, pós-1988, que trouxe para o debate questões mais administrativas como o estudo de impactos e estruturas. Essa segunda fase relacionava questões no eixo temático do “Estado, Governo e Políticas Públicas”. A partir

desse momento, a consolidação do campo das políticas públicas no Brasil, diferente do que ocorria no exterior, se deu de forma a entender um novo tipo de Estado e de governo que, através das políticas públicas, buscava uma melhor racionalização da administração pública.

2.2.1 Legislação

Salientasse que todas as políticas públicas estão no âmbito do direito e da lei. Portanto, existe uma estreita conexão entre direitos, constituição, leis e políticas públicas. As políticas públicas são formas de aplicação dos artigos constitucionais e das leis que os regulamentam. “A lei estabelece os objetivos de uma política pública, além dos instrumentos institucionais para sua realização e outras condições de implementação, inclusive no direcionamento de programas, projetos e serviços sociais” (KAUCHAKJE, 2013, p.81)

É importante observar que a implementação de políticas públicas depende, em grande parte, das finanças públicas, uma vez que os recursos destinados uma política tem consequências sobre a aplicabilidade e o alcance dos artigos constitucionais.

2.2.2 Ciclo das políticas públicas

Como afirmado anteriormente, as políticas públicas são competência do Estado. “No entanto, a sociedade civil conquistou espaços e engendrou estratégias para participar da formulação, do acompanhamento, da fiscalização e da implementação daquelas, ou, em outras palavras, para participar em vários momentos do ciclo das políticas públicas” (KAUCHAKJE, 2013, p.83).

Grupos de pressão (ou lobby), mídia, igrejas, empresas, movimentos sociais e os próprios representantes governamentais, entre outros, manifestam demandas e propostas para a direção da vida social que podem fazer parte da agenda do Estado para a formulação de políticas públicas. Organizações não governamentais (ONGs) conselhos e fóruns participam, ao lado de gestores e técnicos dos órgãos do Estado, do planejamento e da elaboração de políticas públicas.

Uma gestão democrática de políticas busca fortalecer a participação social nesses vários momentos, entendendo que a gestão de políticas sociais só poderá produzir respostas consistentes se e quando as pressões e reivindicações dos movimentos da sociedade civil organizada conseguirem penetrar na agenda estatal, transformando demandas sociais em

políticas públicas que assegurem o alargamento e a consolidação da cidadania para as maiorias. (RAICHELIS; RICO, 1999, p.10; KAUCHAKJE, 2013, p.83).

Além disso, a sociedade civil também partilha da implementação, da fiscalização e do controle das políticas por meio de conselhos, conferências, movimentos e instituições anteriormente citados.

2.3. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) nada mais é do que o fruto da unificação das ações de transferência de renda do governo federal em 2003, em especial dos programas bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás e do cartão alimentação, além do cadastro único. Seu modelo de gestão conjuga os esforços dos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) por meio da criação de uma rede intergovernamental que viabiliza uma coordenação articulada com diferentes políticas sociais, de modo que respeite a interdependência entre os entes da Administração Pública Federados. A respeitar a autonomia dos entes Federados e a interdependência entre eles (LICIO; MESQUITA; CURRALERO, 2011).

O PBF foi implantado em 2004 instituído em seu escopo interventivo, ao menos três objetivos básicos, a saber: aliviar a pobreza de forma imediata mediante a transferência de renda direta; apoiar o desenvolvimento das capacidades da família através da integração com programas complementares que visam capacitar os adultos para a sua inserção no mercado de trabalho buscando romper com a situação de vulnerabilidade financeira, e, contribuir para a redução da reprodução do ciclo da pobreza entre as gerações mediante o acúmulo de “capital humano” através das condicionalidades (BRASIL, 2006).

Com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004 foi implementada, a Medida Provisória nº 132/2003, um extenso programa nacional de transferência de renda para os pobres, o PBF, cuja criação consistia em dois objetivos: reduzir a pobreza e interromper seu ciclo Inter geracional. O PBF, além de transferir renda para combater a pobreza, contém dois eixos principais: o combate a problemas ligados aos aspectos de pobreza e desigualdade de renda possui caráter multidimensional. Portanto, não trata apenas de questões monetárias, mas sim a transferência de renda, que esses problemas são equalizados (PINTO; CORONEL; FILHO, 2015).

Sobre as condicionalidades do PBF, segundo Vieira (2015) pode-se descrever três: a primeira consiste na área da saúde, onde ocorre o acompanhamento de mulheres de 14 a 44

anos em especial o pré-natal ou nutrízes vacinação de crianças até seis anos, seu crescimento e desenvolvimento. A segunda consiste na Educação de crianças e adolescente entre 6 e 15 anos, os quais devem estar matriculados com frequência escolar mínima de 85 %. Já na terceira condicionalidade, encontra-se os governos, cabendo a eles a responsabilidade pela oferta de serviços públicos relacionados a saúde, educação e assistência social as famílias beneficiadas.

Licio, Mesquita e Currelero (2011) informam que as famílias beneficiárias devem ser acompanhadas pelas áreas da saúde, educação e assistência social, no âmbito das condicionalidades, em uma perspectiva de reforçar o direito ao acesso a essas políticas universais, cuja sua finalidade de monitoramento permite que o programa monitore e identifique as famílias em maior situação de vulnerabilidade.

2.4. Programa de Renda Mínima (PMR)

O Programa de renda Mínima (PRM) são políticas públicas voltadas a redução da pobreza e desigualdade social. Tais programas acumulam longas histórias em inúmeros países, inclusive nas nações consideradas de primeiro mundo. Vall, Stotzs e Algebaile (2005) destacam que tais programas foram implementados, inicialmente pelos países capitalistas mais desenvolvidos como forma de garantir as condições mínimas de vida para os que se encontravam em faixa de renda crítica para o equilíbrio social e político nacional.

No Brasil, o debate sobre renda mínima se fortalece a partir de 1990. Segundo Sposati *et al.* (1997) a discussão emerge no momento em que o modelo político de regulação social conhecido por *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, entrou em crise. Assim, os programas de renda mínima passam a ser defendidos como uma das alternativas de desmanche da oferta de serviços sociais estatais próprias do modelo keynesiano.

De acordo com Macedo e Brito (2004) o Projeto de Lei do Senador Eduardo Suplicy (SUPPLICY, 2002), aprovado no Senado Federal em dezembro de 1991, é o marco referencial das discussões sobre renda mínima no Brasil. O projeto previa a inserção de 38 milhões de pessoas, com idade superior a 25 anos, cuja renda mensal era inferior ao patamar de dois salários mínimos. Apesar de ter sido aprovado pelo Senado e tendo parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o projeto nunca foi colocado em votação no plenário da Câmara.

3. METODOLOGIA

A pesquisa em tela quanto a sua forma de abordagem é qualitativa. Portanto, é um estudo não estatístico que identifica e analisa dados não mensuráveis: sentimentos, pensamentos, percepção, motivações de um determinado grupo, intenções, comportamentos passados.

De acordo com Gil (2007) a pesquisa é um procedimento racional e sistemático, que busca obter respostas perante uma problemática. Objetivando entender qual a importância que cada pessoa enxerga com relação ao benefício e a caracterização do perfil socioeconômico das famílias dos alunos beneficiários do programa bolsa família, a pesquisa tem sua importância quando trabalhamos interesses e fatos verídicos.

Na linguagem de Malhotra, Rocha e Laudisio (2005) o estudo qualitativo proporciona melhor visão e compreensão do problema, explorando com poucas ideias projetadas sobre o resultado da investigação. Já na visão de Minayo (2001) a pesquisa qualitativa é aquela que atende a questões muito particulares, sua preocupação está em um nível de realidade que não pode ser quantificado, sendo assim, ela trabalha com um universo de significados que não podem ser restringidos à operacionalização de variáveis. A presente pesquisa não necessitou de técnicas estatísticas para análise, mas sim, se utilizou do ambiente natural para realizar tal procedimento.

Segundo Cooper e Schinder (2008) o objetivo do estudo se diferencia como causal ou descritivo a depender das variáveis que envolvem o estudo, caso o problema do estudo esteja baseado no “por quê” e em como uma variável produz mudança na outra, o estudo será classificado como causal; do contrário, caso seja descobrir “o que, quem, onde, quando ou quanto” será descritiva.

Pelas características demonstradas, vê-se que o estudo em questão se trata de um estudo com objetivo descritivo em primeiro momento e em segundo momento se classificará como sendo exploratório, em relação aos seus objetivos. Quanto ao ponto de vista de sua natureza, é definida como básica. E por fim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como documental e um estudo de caso. Os procedimentos técnicos, segundo Freitas e Prodanov (2013) são “a maneira pela qual obtemos os dados necessários para elaboração da pesquisa”.

Ainda no que tange a pesquisa bibliográfica é a verificação do material teórico sobre o assunto abordado, ou seja, antes mesmo de delimitar o objeto de estudo é preciso ler sobre o assunto, o que pode inclusive ajudá-lo nessa delimitação, essa pesquisa é constituída por

informações inseridas em livros, devendo compreender o máximo da bibliografia, análise de livros, publicações, boletins, jornais, revistas, monografias, dissertações e teses (ALYRIO, 2009).

3.1. Área de Estudo

A área de estudo definida foi à cidade de Satuba, em Alagoas, a pesquisa qualitativa está focada nos professores, alunos, pais responsáveis pelo recebimento do programa e gestores da unidade escolar, que tem por responsabilidade, o ensino e aprendizado dos jovens da cidade.

3.2 População

Pelo fato de a pesquisa ter o objetivo de levantar informações de professores, pais e alunos de três turmas do colégio em questão, aos quais são beneficiados, procurando entender a importância do programa bolsa família para cada um destes serão questionados para obter as informações necessárias.

3.3. Processo de levantamento dos dados

Para o processo de levantamento de dados, será realizada pesquisa documental e por meio de fonte secundarias e primarias. Assim como, posteriormente os dados serão obtidos por meio de aplicação de questionário estruturado com 5 (cinco) perguntas estruturadas, que serão respondidos por professores da escola Josefa da Silva Costa e pelos pais dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

Para entrar no campo de pesquisa e nos levantamentos dos dados, inicialmente foi solicitado acesso a instituição de ensino em Satuba acesso aos pais e aos professores para a realização do questionário, sendo 32 (trinta e dois) participantes, 16 (dezesesseis) professores e 16 (dezesesseis) pais, a pesquisa foi aplicada no mês de novembro de 2019 de forma presencial.

Neste sentido, a partir dos aspectos teóricos sobre o PBF, será buscada a percepção sobre a importância do programa na visão dos professores e dos pais dos alunos beneficiados.

Segundo Vergara (2004) coleta de dados tem como finalidade demonstrar como foram alcançados os objetivos estabelecidos, e de que forma o pesquisador irá obter os dados necessários para atendê-los. A coleta de dados da presente pesquisa ocorrerá por meio de

reuniões e observações por parte da pesquisadora. Abaixo estão destacadas as perguntas direcionadas no questionário:

Quadro 1 - Perguntas do Questionário

1.	Em sua opinião o Programa Bolsa Família trouxe algum benefício/melhoria às famílias beneficiadas?
2.	Cite se houve alguma alteração no desempenho escolar após o recebimento do benefício.
3.	Sobre a frequência escolar, teve alteração após o recebimento do benefício?
4.	Você acredita que o PBF contribui para a Educação de jovens e crianças em vulnerabilidade social?
5.	O que vocês esperam do futuro educacional dos jovens beneficiados?

Fonte: O autor, baseado em Zaluski, 2016; Tonetto e Riedner, 2017.

3.4. Processo de tratamento dos dados

Após a coleta dos dados, será feita a organização e classificação das informações. Será feita uma análise crítica em cima das informações coletadas, verificando se as mesmas atendem a questão de pesquisa, com base no referencial teórico. Posteriormente será feita a transcrição das informações, onde os dados serão apresentados de forma descritiva na presente pesquisa, por meio de tabelas e dados com base nos dados obtidos e calculados pelo Excel.

Quadro 2- Resumo da metodologia

Problema	Qual é a efetividade que o programa bolsa família exerce no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba?		
Objetivo geral	Avaliar a efetividade do programa bolsa família no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba.		
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> a. Analisar a importância do programa bolsa família no desempenho escolar dos alunos de ensino no município de Satuba; b. Identificar o perfil dos jovens e família beneficiadas pelo programa; c. Analisar o impacto da execução de uma política pública sobre os problemas sócio educacionais presentes na escola; d. Propor sugestões aos gestores escolares. 		
Metodologia	Tipologia	Coleta	Análise
	Qualitativa	Questionário Análise documental e Estudo de caso	Estatística descritiva

Fonte: Elaboração própria

O quadro 2 acima, descreve o resumo utilizado na metodologia dessa pesquisa a qual será detalhada nos tópicos seguintes referentes aos resultados obtidos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir deste capítulo serão apresentados os resultados da presente pesquisa qualitativa. Ou seja, os dados serão apresentados por meio de dados secundários obtidos na análise documental levanta no colégio e dados primários obtidos pela aplicação dos questionários coletados. Os dados serão explicados através de análises segundo os conceitos discutidos nos capítulos teóricos.

Em relação a fase da coleta de dados pelo questionário, a aplicação total foi de 32 (trinta e dois) questionários pelo método presencial, sendo 16 (dezesesseis) questionários aplicados aos pais dos alunos e 16 (dezesesseis) aos professores.

Foi realizado um levantamento prévio das respostas das perguntas para facilitar a forma de entendimento, tal fase foi realizada em tabelas facilitando assim a identificação das opções para a análise.

Através dos dados foram gerados cruzamentos e tabelas que representam os resultados da pesquisa, dos quais apresentam informações sobre a amostra pesquisada a fim de avaliar a efetividade que o programa bolsa família exerce no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba.

4.1. Análise quanto ao perfil dos envolvidos

Tabela 1 – Cruzamento entre gênero (professores x pais)

Gênero	n.
(Professores)	
Feminino	5
Masculino	8
Sem Identificação	3
Total	16
Gênero	n.
(Pais dos alunos)	
Feminino	15
Masculino	1
Sem Identificação	-
Total	16

Fonte: Dados primários

Para iniciar a análise dos dados coletados pelo questionário aplicado aos pais e aos professores, será avaliado primeiramente o gênero como exposto na tabela 1 (um) acima. Dos 16 (dezesesseis) professores presente no dia da aplicação dessa pesquisa, observa-se que a maior parte representativa foi do sexo masculino, ou seja, 50%, equivalendo a 8 (oito) professor, vale destacar que 3 (três) professores não se identificaram.

Na representatividade dos pais a maior porcentagem foi a do sexo feminino, ou seja, das mães dos alunos, a qual totalizou 15 (quinze) das 16 (dezesesseis) estando presente apenas 1 (um) pai. Sendo assim as Tabelas 2 e 3, demonstram os dados dos pais no que tange o grau de escolaridade, cor, quantidade de filhos, estado civil, profissão e idade, já os dados dos alunos apontam escolaridade, cor e idade.

Tabela 2 – Cruzamento dos pais entre escolaridade x cor x quantidade de filhos x estado civil x profissão x idade

Escolaridade	n.
Analfabeta	1
Ensino fundamental	7
Ensino médio completo	8
Superior	-
Total	16
Cor	n.
Parda	9
Morena	5
Negra	1
Branca	1
Total	16
Quantidade de filhos	n.
1	1
2	13
3	1
4 ou mais	1
Total	16
Estado civil	n.
Solteira (o)	10
Casada (o)	2
Viúva (o)	-
Divorciado (a)	4
Total	16
Profissão	n.
Desempregada	15
Trabalha CLT	-
Trabalha autônomo	1
Total	16
Idade	n.
25-35	5
36-45	9
Acima de 45 anos	2
Total	16

Fonte: Dados primários

Com base nos dados acima, observa-se que a maior parte dos responsáveis pelos alunos, possuem escolaridade nível médio com 8 (oito) das 16 (dezesesseis) pessoas presentes, ficando atrás do nível fundamental com 7 (sete) respostas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) na análise da população de 10 anos ou mais por nível de instrução, de 2000 para 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 65,1% para 50,2%, enquanto

o de pessoas com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%.

Houve avanços em todas as grandes regiões. No Sudeste, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 58,5% para 44,8%, e o das pessoas com pelo menos o superior completo subiu de 6,0% para 10,0%. No outro extremo, estava a Região Norte (de 72,6% para 56,5% e de 1,9% para 4,7%, respectivamente) e a Nordeste (de 75,9% para 59,1% e de 2,3% para 4,7%) (IBGE, 2010).

No que diz respeito a cor, a mais presente foi a parda dentre os envolvidos na pesquisa, quando questionados sobre a quantidade de filhos, 13 (treze) pessoas das 16 (dezesseis) informaram possuir 2 (dois) filhos. Com relação ao estado civil a maior parte são solteiras na qualidade de desempregada, os dados informam ainda a idade entre os responsáveis dos alunos a sua maior parte está entre 36 a 45 anos.

Tabela 3 – Cruzamento dos dados dos alunos entre escolaridade x cor x idade

Escolaridade	n.
Ensino fundamental	16
Total	16
Cor	n.
Parda	13
Morena	-
Negra	-
Branca	3
Total	16
Idade	n.
11	1
12	9
13	5
14 ou mais	1
Total	16

Fonte: Dados primários

Os alunos envolvidos fazem parte do ensino fundamental, a maior parte se autodeclarou pardos, com 13 (treze) respostas e no que se refere a idade, 9 (nove) dos 16 (dezesseis) envolvidos, tem em média 12 (doze) anos.

4.2. Análise quanto as questões específicas

Para a compreensão dessa análise serão consideradas as respostas do questionário (APÊNDICE A), entre alternativas “a” e “d”, vale destacar que tanto os professores quanto os alunos tinham a opção de marcar mais de uma alternativa. Conforme visto nas tabelas abaixo:

Tabela 4 – Cruzamento entre o Programa Bolsa Família trouxe algum benefício/melhoria às

famílias beneficentes

Respostas dos respondentes

Benefício do PBF (Resposta Professor)	n.
Ajudou no aspecto financeiro	12
Ajudou na alimentação	6
Ajudou na educação melhor rendimento	7
Não houve benefícios	1
Benefício do PBF (Resposta dos pais)	n.
Ajudou no aspecto financeiro	14
Ajudou na alimentação	11
Ajudou na educação melhor rendimento	12
Não houve benefícios	-

Fonte: Dados primários

Nessa etapa da pesquisa, foi questionado aos pais e aos professores, se o PBF trouxe algum benefício. A tabela 4 (quatro) informa que a maior opção entre os professores e pais foi o aspecto ‘ajuda financeira’, como visto acima os pais destacaram ‘ajuda na alimentação’ e ‘ajuda no rendimento escolar’, contudo a opção ‘não houve benefícios’ não foi marcada pelos pais que participaram dessa pesquisa.

Em um contexto histórico a concentração de renda e de propriedade no Brasil é um dos principais obstáculos a serem enfrentados. Conforme citado por Weishemer (2006) “Países com renda *per capita* similar à brasileira têm 10% de pobres em sua população, enquanto nós estamos na casa dos 30%. Segundo dados oficiais, cerca de 55 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza”. Para o autor esse número de brasileiros que vivem em situação de pobreza que trouxe como implementação de políticas públicas o Programa Bolsa Família - PBF, o qual seus resultados já mostram o impacto que políticas públicas de distribuição de renda podem ter na vida diária da população mais pobre.

O PBF tem em seu escopo interventivo, ao menos três objetivos básicos, a saber: aliviar a pobreza de forma imediata mediante a transferência de renda direta; apoiar o desenvolvimento das capacidades da família através da integração com programas complementares que visam capacitar os adultos para a sua inserção no mercado de trabalho buscando romper com a situação de vulnerabilidade financeira, e, contribuir para a redução da reprodução do ciclo da pobreza entre as gerações mediante o acúmulo de “capital humano” através das condicionalidades (BRASIL, 2006).

Kauchakje (2013, p. 21) informa que as políticas sociais, “é responsável por gerir ações sociais públicas para o atendimento de necessidades e demandas dos cidadãos, no sentido de garantir seus direitos por meio de políticas, programas projetos e serviços sociais”

recebimento do benefício

Alteração no desempenho escolar após o recebimento	n.
(Respostas dos professores)	
Melhoria no convívio social e familiar	7
Melhoria no aprendizado em sala	4
Não houve diferença	5
Alteração no desempenho escolar após o recebimento	n.
(Respostas dos pais)	
Melhoria no convívio social	9
Melhoria no aprendizado em sala	14
Não houve diferença	2

Fonte: Dados primários

Segundo a tabela 5 (cinco) ao comparar a quantidade de respostas dos professores e dos pais quando questionados sobre a existência de alteração no rendimento escolar após o recebimento do benefício, as respostas dos professores houve um equilíbrio entre as opções “melhora no convívio social”, “melhoria no aprendizado em sala” e entre “não houve Diferença”. Para os pais a “melhoria no aprendizado em sala” foi o mais presente, seguida da “melhoria no convívio social”.

Sobre as condicionalidades do PBF, segundo Vieira (2015) pode-se descrever três: a primeira consiste na área da saúde, onde ocorre o acompanhamento de mulheres de 14 a 44 anos em especial o pré-natal ou nutrízes vacinação de crianças até seis anos, seu crescimento e desenvolvimento. A segunda consiste na Educação de crianças e adolescente entre 6 e 15 anos, os quais devem estar matriculados com frequência escolar mínima de 85 %. Já na terceira condicionalidade, encontram-se os governos, cabendo a eles a responsabilidade pela oferta de serviços públicos relacionados à saúde, educação e assistência social as famílias beneficiadas.

Tabela 6– Cruzamento entre alteração na frequência escolar

Alteração na frequência escolar	n.
(Respostas dos professores)	
Os alunos estão mais presentes	15
O nível de ausência não foi modificado	1
O benefício não é um fator importante nesse aspecto	-
O benefício é um fator importante nesse aspecto	4
Alteração na frequência escolar	n.
(Respostas dos pais)	
Os alunos estão mais presentes	13
O nível de ausência não foi modificado	1
O benefício não é um fator importante nesse aspecto	6

aspecto
 O benefício é um fator importante nesse aspecto 6
 Fonte: Dados primários

Após serem questionados sobre a alteração no desempenho, a seguinte análise é referente à alteração na frequência escolar, como destacada na tabela 6 (seis). Observa-se que a maior parte dos pais e professores informou ‘os alunos estão mais presentes’.

Tabela 7- Cruzamento o PBF contribui para a Educação de jovens e crianças em vulnerabilidade social

PBF contribui para educação do jovem e criança em vulnerabilidade (Respostas dos professores)	n.
Sim	12
Não	2
Talvez	2
PBF contribui para educação do jovem e criança em vulnerabilidade (Respostas dos pais)	n.
Sim	15
Não	-
Talvez	1

Fonte: Dados primários

Quando questionados sobre se o PBF ser importante para a contribuição da educação do jovem e da criança em vulnerabilidade. Tanto para os professores quanto para os pais a alternativa ‘sim’ foi quase que unanime.

Para os autores Licio, Mesquita e Currelero (2011) as famílias beneficiárias devem ser acompanhadas pelas áreas da saúde, educação e assistência social, no âmbito das condicionalidades, em uma perspectiva de reforçar o direito ao acesso a essas políticas universais, cuja sua finalidade de monitoramento permite que o programa monitore e identifique as famílias em maior situação de vulnerabilidade.

Tabela 8– Cruzamento o que esperam do futuro educacional dos jovens beneficiados

O que esperam do futuro dos jovens beneficiados (Respostas dos professores)	n.
Que o benefício seja uma parcela incentivadora para seus sonhos	6
Que a ajuda do benefício seja fundamental na sua formação	5
Que não desista dos estudos e saiba que o benefício é uma contribuição para essa realização	4

Que saibam da importância do aprendizado e não apenas do benefício	8
--	---

O que esperam do futuro dos jovens beneficiados (Respostas dos pais)	n.
---	-----------

Que o benefício seja uma parcela incentivadora para seus sonhos	8
---	---

Que a ajuda do benefício seja fundamental na sua formação	7
---	---

Que não desista dos estudos e saiba que o benefício é uma contribuição para essa realização	10
---	----

Que saibam da importância do aprendizado e não apenas do benefício	8
--	---

Fonte: Dados primários

A última questão aplicada no questionário foi sobre o que os professores e pais esperam do futuro dos jovens beneficiados. Os professores alegaram ‘que os alunos saibam da importância do aprendizado e não apenas do benefício e que esse programa junto com o benefício sejam um incentivador aos alunos, em relação aos pais a opção mais presente foi ‘que não desista dos estudos e saiba que o benefício é uma contribuição para essa realização’.

Por fim, ao analisar o perfil dos jovens e das famílias beneficiadas pelo programa PBF e de todas as repostas vistas nas tabelas acima, surge a proposta de sugestões aos gestores escolares, acompanhar tanto os alunos, quanto os pais nesse processo de receber o auxílio, propor ações educacionais aos pais, como cursos, palestras, visto que a grande maioria possui nível médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para buscar uma melhor compreensão sobre o PBF e sua importância, avaliar a efetividade que o programa bolsa família exerce no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba. Por meio de levantamento teórico sobre a temática. O objetivo foi alcançado a partir de pesquisa realizada junto aos respondentes. Desse modo, o estudo respondeu ao objetivo a partir da estratégia de pesquisa presencial.

A pesquisa teve como primeiro objetivo específico, analisar a importância do

programa bolsa família no desempenho escolar dos alunos, percebe-se com os dados obtidos que a grande maioria dos pais, estão desempregados e que apesar de entenderem a importância da ajuda, tanto os pais quanto os professores informaram a importância que o aluno busque incentivos educacionais sem pensar no valor financeiro e ambos compreendem que após o auxílio a frequência escolar teve um acréscimo.

Na sequência, com o objetivo de verificar o perfil dos jovens e família beneficiadas pelo programa, com relação aos responsáveis pelos alunos, observou-se que a maior parte deles, possuem escolaridade nível médio, no que diz respeito a cor, a mais presente foi a parda, a maioria possui 2 (dois) filhos, são solteiras e desempregadas, a idade entre os responsáveis dos alunos a sua maior parte está entre 36 a 45 anos. Já os alunos, fazem parte do ensino fundamental, a maior parte se autodeclarou pardos e possuem 12 (doze) anos.

Diante do próximo objetivo específico de analisar o impacto da execução de uma política pública sobre os problemas sócios educacionais para a escola, observa-se a grande demanda dos alunos, assim, como a importância da ajuda para essas famílias.

O último objetivo, de propor sugestões aos gestores escolares, foi o de acompanhar tanto os alunos, quanto os pais nesse processo de receber o auxílio, propor ações educacionais aos pais, como cursos, palestras, visto que a grande maioria possui nível médio.

Como limitações dessa pesquisa se enquadram a priori a própria temática dessa pesquisa, houve também a dificuldade na fase da aplicação dos questionários, inicialmente seria aplicado entrevista e pelo fato de não ter conhecimento sobre a quantidade de pais e professores presentes foi realizado um questionário com 5 perguntas estruturadas presencialmente, outro fator limitante foi a pandemia, após observar que alguns dados faltavam, houve dificuldade em manter contato com os pais e só após contato com a diretora da escola que foi possível obter esses dados.

Nesse sentido, o escopo definido para essa temática pode ter limitado a amplitude das análises, apenas a quatro turmas do colégio em estudo. Entretanto o estudo abre uma série de vertentes possíveis a ser analisada futuramente em outros estudos, até mesmo na própria instituição de ensino, podendo ser analisado principalmente em outros cursos, devido à abrangência e importância do tema proposto, ao ensino a pesquisa e ao colégio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C.C. de CUNHA, F.S. de. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988: O que se tem discutido a respeito? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 71. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/64000/65782> Acesso em 06 nov. 2019.

ALYRIO, R.D. **Métodos e técnicas de pesquisas em administração**. Volume Único, Rio de Janeiro, RJ, Editora Fundação CECIERJ, 2009.

BRASIL, F. G; CAPELLA, A. C. N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, Volume 25, n. 1. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3710/3012>. Acesso em 06 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 16 mai. 2019.

_____. Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 07 março. 2019.

BAPTISTA, C. R. **Sobre as diferenças e as desvantagens: fala-se de qual educação especial?** In: MARASCHIN, C. (Org.). *Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

COSTA. F. J. L. Da. **ESTRATÉGIA, REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. Vol. II. Nº 4. 2009.

COOPER, D.R; SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FERNANDES, R.C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000173&pid=S0034-7612201000060000300022&lng=en. Acesso 08 nov. 2019.

FREITAS, E. C; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GAZETA DO POVO. Taxa de Analfabetismo no Brasil. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/#:~:targetText=Quantos%20analfabetos%20o%20Brasil%20tem,%2C8%25%20de%20analfabetismo>). Acesso em 07 nov. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JHON, P. *New directions in public policy: theories of policy change and variation reconsidered*". **Trabalho apresentado no International Conference on Public Policy, Grenoble, 26-28 june. 2013.** Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37986/subsistemas--comunidades-e-redes--articulando-i--->. Acesso em 07 nov. 2019.

IG. Brasil viu total de alunos matriculados baixarem 1,3 milhão no ano passado. 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-01-31/inep-censo-escolar-2018.html>. Acesso em 07 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2019. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/>. Acesso em 07 nov. 2019.

_____ Censo. 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14209-asi-censo-2010-escolaridade-e-rendimento-aumentam-e-cai-mortalidade-infantil>. Acesso em: 18 ago. 2020.

KAUCHAKJE, S. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 1ª ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2013.

LOBATO, L. de V. C. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. **Revista Ciênc. saúde coletiva**, vol.14 no.3. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300008. Acesso em 06 nov. 2019.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

LICIO, E. C; MESQUITA, C. S.; CURRALERO, C. R. B. Desafios para a Coordenação Intergovernamental do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51 n. 5 set /out. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902011000500004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 07 nov. 2019.

MATTOS, K. D; VIEIRA, J.R. UMA PONTE ENTRE DOIS MUNDOS: Como o constitucionalismo social conectou o direito e a ciência política no Brasil pós-88. **Revista Argumenta Journal Law**, n. 27. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/referencial%20maksuelle.pdf>. Acesso em 06 nov. 2019.

MACEDO, M. de A; BRITO, S. R. de. **Transferência de Renda: nova face de Proteção Social?** São Paulo: Layola, 2004.

MALHOTRA, N. K; ROCHA, I; LAUDISIO, M. C. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas Públicas. Vol. 3: **Ciência Política**, São Paulo: Sumaré/Anpocs; Brasília: CAPES. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000131&pid=S1517-4522200600020000300027&lng=pt. Acesso em 07 nov. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORENO, O M. C. **Transversalidad y coordinación de las políticas de estado en el federalismo**. In: Concurso Del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de La Administración Pública, 20, 2001, Caracas. ¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública? Caracas: CLAD, 2007.

MURICI, I. L.; CHAVES, N. M. D. **Gestão para resultados na educação**. 2 ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2016.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; FILHO, R. B. **Eficiência no Desenvolvimento Regional Resultante do Programa Bolsa Família**: Aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA) nos Estados e Regiões Brasileiras de 2004 a 2010. Editora Unijuí. Ano 13, n. 31, jul./set.2015.

RAICHELIS, R; RICO, E. M. **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEEPUCSP, 1999.

SABATIER, P. A. **Theories of the Policy Process**. Oxford, Westview Press. 1st Ed. 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS- SEDUC. Anuário nacional aponta crescimento do número de alunos do ensino básico em AL. 2019. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/noticia/item/16932-anuario-nacional-aponta-crescimento-do-numero-de-alunos-do-ensino-basico-em-al>> Acesso em 07 nov. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SEDS. Bolsa Família começa a repassar R\$ 2,6 bilhões para beneficiários nesta segunda-feira (19). 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/agosto/bolsa-familia-comeca-a-repassar-r-2-6-bilhoes-para-beneficiarios-nesta-segunda-feira-19>> Acesso em 07 nov. 2019.

SPOSATI, G. B. *et al.* **Renda mínima e crise mundial: Saída ou agravamento?**. São Paulo: Cortez, 1997.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania: A saída é pela Porta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

TONETTO, I.S.D.; RIEDNER, D.D.T. A percepção dos professores sobre o programa bolsa família no município de São Gabriel Do Oeste – MS. Curso de especialização Educação pobreza e Desigualdade Social. 2017. Disponível em: <http://epds.ufms.br/wp-content/uploads/anaisencontroiepds/pdfs/46559884104.pdf>. Acesso em 23 nov.2019.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAILLE, E. B. **Para Compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: escola nacional de saúde Pública, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, F. C. C. **O processo de subalternização das beneficiárias do Programa Bolsa Família**. Brasília-DF, 2015.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família, Avanços, Limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZALUSKI, K.E. O programa bolsa família e sua importância no tocante ao desempenho escolar do aluno. Artigo Científico de apresentado como requisito para obtenção de título de especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

Prezado (a),

Sou graduanda em Administração pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL e estou realizando uma pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, o qual possui como objetivo avaliar a efetividade que o programa bolsa família exerce no desempenho educacional na escola municipal Josefa da Silva Costa no município de Satuba. Agradeço desde já a atenção dispensada e enfatizo a importância de sua resposta para o sucesso desta pesquisa.

Atenciosamente, Graduanda: Maksuele Monte de Souza.

Professor (a) Orientador (a): Dr (a). Rosiane Chagas.

1). Em sua opinião o Programa Bolsa Família trouxe algum benefício/melhoria às famílias beneficiárias?

- a) Ajudou no aspecto financeiro
- b) Ajudou na alimentação
- c) Ajudou na saúde
- d) Ajudou na educação rendimento em sala ficou melhor
- e) Não houve tantos benefícios ou melhorias

2). Cite se houve alguma alteração no desempenho escolar após o recebimento do benefício.

- a) Melhora no convívio social e familiar
- b) Melhora no aprendizado em sala e em casa
- c) Mais participação em sala
- d) Não houve diferença nesse aspecto

3). Sobre a frequência escolar, teve alteração após o recebimento do benefício?

- a) Os alunos estão mais presentes
- b) O nível de ausência escolar não foi modificado
- c) O benefício não é um fator importante nesse aspecto
- d) O benefício é um fator importante nesse aspecto

4). Você acredita que o PBF contribui para a Educação de jovens e crianças em vulnerabilidade social?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez

5). O que vocês esperam do futuro educacional dos jovens beneficiados?

- a) Que o benefício seja uma parcela incentivadora para seus sonhos
- b) Que a ajuda do benefício seja fundamental na sua formação
- c) Que não desista dos estudos e saiba que o benefício é uma contribuição para essa realização
- d) Que saibam da importância do aprendizado e não apenas do benefício